

Diretor Fundador

Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

Coordenação Científica

Carlos Mário da Silva Velloso
Hugo de Brito Machado
Ives Gandra da Silva Martins
Marco Aurélio Greco
Misabel Abreu Machado Derzi
Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Ricardo Lobo Torres (*in memoriam*)
Sacha Calmon Navarro Coelho
Tercio Sampaio Ferraz Junior

Conselho Editorial

Adilson Rodrigues Pires
Agostinho do Nascimento Netto
Alejandro Cláudio Altamirano
André Martins de Andrade
André Mendes Moreira
Andrei Pitten Velloso
Ângela Maria da Motta Pacheco
Antônio de Moura Borges
Antônio Guimarães Sepulveda
Bernardo Ribeiro de Moraes
Betina Treiger Grupenmacher
Carlos Valder do Nascimento
Celso de Barros Correia Neto
Cid Heráclito de Queiroz
Clélio Chiesa
Clotilde Celorico Palma
Denise Lucena Cavalcante
Diva Malerbi
Douglas Yamashita
Eduardo Manelra
Edvaldo Brito
Estevão Horvath
Euríco Marcos Diniz de Santi
Fábio Martins de Andrade
Fátima Fernandes Rodrigues de Souza
Gabriel Lacerda Troianelli

Gilmar Ferreira Mendes
Giovanni Moschetti
Hamilton Dias de Souza
Helenilson Cunha Pontes
Heleno Taveira Tôrres
Hugo de Brito Machado Segundo
Humberto Ávila
Igor Mauler Santiago
João Dárcio Rolim
João Francisco Bianco
José Augusto Delgado
José Carlos Moreira Alves
José Casalta Nabais
José Eduardo Soares de Melo
José Paulo Sepúlveda Pertence
Kiyoshi Harada
Leandro Paulsen
Lionel Pimentel Nobre
Luciano da Silva Amaro
Luís Carlos Martins Alves Junior
Luís Eduardo Schoueri
Marco Aurélio Mendes de Farías Mello
Marcos Aurélio Pereira Valadão
Maria Eduarda Azevedo
Maria Esther Sánchez López
María Jesús García-Torres Fernández

Maria Margarida Mesquita Paixão
Marilene Talarico Martins Rodrigues
Mary Elbe Gomes Queiroz Maia
Miguel Ángel Martínez Lago
Milton Bandeira Neto
Natanael Martins
Octávio Campos Fischer
Paula Rosado Pereira
Paulo Adyr Dias do Amaral
Paulo de Barros Carvalho
Ramon Tomazela Santos
Raphael Silva Rodrigues
Ricardo Lodi Ribeiro
Ricardo Mariz de Oliveira
Roberto Quiroga Mosqueira
Rogério V. Gandra da Silva Martins
Roque Antônio Carrazza
Rui Guerra da Fonseca
Schubert de Farias Machado
Sérgio Vasques
Valcir Gassen
Vasco Branco Guimarães
Vittorio Cassone
Wagner Balera
Yoshiaki Ichihara

Pareceristas

Sistema RFDT Double Blind Peer Review

Agostinho do Nascimento Netto (RJ); Antônio de Moura Borges (DF); Antônio Guimarães Sepulveda (RJ); Celso de Barros Correia Neto (DF); Igor De Lázari (RJ); Júlio Edstron S. Santos (DF); Luis Carlos Martins Alves Junior (DF); Luis Dias Martins Filho (CE); Marcos Aurélio Filho (DF); Ramon Tomazela Santos (SP); Raphael Silva Rodrigues (MG).

© 2019 Editora Fórum Ltda.
Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, de fotocópias ou de gravação, sem permissão por escrito do possuidor dos direitos de cópias (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).



Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012 – Belo Horizonte/MG – Brasil – Tel.: 0800 704 3737
www.editoraforum.com.br / E-mail: editoraforum@editoraforum.com.br

Impressa no Brasil / Printed in Brazil / Distribuída em todo o Território Nacional

Os conceitos e opiniões expressas nos trabalhos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

R454 Revista Fórum de Direito Tributário : RFDT. – ano 1, n.1, (jan./fev. 2003) – Belo Horizonte: Fórum, 2003.

Bimestral
ISSN 1678-8656

1. Direito Tributário. 2. Tributação. 3. Tributo – Jurisprudência. 4. Sistema Tributário. I. Fórum.

CDD: 341.39
CDU: 336.2

Esta revista está catalogada em:
• Base RVBI (Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional)
• Library of Congress (Biblioteca do Congresso dos EUA)

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Pesquisa jurídica: Ézio Lacerda Júnior – OAB/GO 37.488
Ana Paula de Almeida Queiroz
Darlan Amorim de Abreu – OAB/GO 47.432

Capa: Igor Jamur
Projeto gráfico: Walter Santos

Sumário**DOCTRINA****ARTIGOS**

Uma finalidade econômica da Constituição Federal em relevantes decisões tributárias

Gustavo Miguez de Mello 9

Proteção à confiança legítima e a aplicação do artigo 24 da LINDB no CARF

Ricardo Lodi Ribeiro 13

- | | | |
|---|--|----|
| 1 | Introdução | 13 |
| 2 | O artigo 24 da LINDB, seu fundamento e os argumentos pela sua não aplicabilidade | 14 |
| 3 | O princípio da proteção à confiança legítima | 15 |
| 4 | A proteção da confiança e a alteração da jurisprudência | 23 |
| 5 | A proteção da confiança legítima no Direito Tributário | 24 |
| 6 | A proteção da confiança legítima no CARF | 27 |
| 7 | Conclusões | 28 |

As hipóteses e condições de relativização do sigilo fiscal em face do *Parquet*

Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho 31

- | | | |
|---|--|----|
| 1 | Introdução | 31 |
| 2 | O compartilhamento do sigilo fiscal com o Ministério Público | 32 |
| 3 | Conclusão | 48 |
| | Referências | 48 |

Direito Internacional Tributário: das origens ao contexto atual

Sergio André Rocha 51

- | | | |
|-----|--|----|
| 1 | O surgimento do Imposto de Renda e o nascimento do Direito Internacional Tributário | 51 |
| 2 | A criação da OCDE | 57 |
| 2.1 | Discussões sobre a legitimidade da OCDE como entidade definidora de padrões fiscais internacionais | 59 |
| 3 | O desenvolvimento do comércio internacional e os impactos sobre as legislações domésticas | 61 |
| 4 | A globalização e a concorrência fiscal internacional | 63 |
| 5 | Crise econômica e o atual estágio da tributação internacional | 66 |
| 6 | O Projeto BEPS da OCDE/G-20 | 67 |
| 7 | Tributação internacional e digitalização da economia | 72 |
| 8 | Conclusão | 75 |

Operações com finalidade de cobertura (*hedge*) e a proteção de fluxo de caixa de transações prováveis

Ramon Tomazela Santos.....	79
1 Introdução	79
2 As operações com finalidade de cobertura (<i>hedge</i>) e a proteção do fluxo de caixa de transações prováveis	79
3 O conceito jurídico de operação de cobertura (<i>hedge</i>)	80
4 A estratégia de proteção de resultados estimados e o possível descasamento dos valores nacionais dos contratos derivativos	82
5 A base de cálculo da CSLL.....	95
6 Conclusões	100
	101

O conceito de praça na jurisprudência do CARF

Fábio Sarmanho de Albuquerque	103
1 Introdução	103
2 O legislador não utiliza palavras inúteis	103
3 O comércio não conhece fronteiras geopolíticas	104
4 Praça e a globalização	106
5 A finalidade da norma do VTM	106
6 Da aplicação dos artigos 109 e 110 do CTN	108
7 O "mercado atacadista" quando o interdependente é destinatário exclusivo	109
8 Do Parecer Normativo CST nº 44/1981	111
9 O conceito de "praça" na jurisprudência do CARF	112
10 Conclusão	114
	119

Substituição Tributária progressiva no ICMS: mudança de paradigma, fato gerador presumido irrealizado e admissibilidade da complementação

Vladimir Morgado	121
1 Introdução	121
2 Contextualização do tema – incompatibilidade de coexistência de dois regimes jurídicos de tributação para o mesmo fato gerador.....	121
3 Enriquecimento sem causa	124
4 Conflito de normas.....	129
5 Operacionalização da cobrança do pagamento suplementar	135
6 Conclusões	142
	148

PARECERES

Imunidade de contribuições sociais – art. 195, §7º, da CF. Necessidade de Lei Complementar – art. 146, II, da CF. Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 2.028, 2.228, 2.621 e 2.036. Julgadas em conjunto com o RE nº 566.622, em Tema de Repercussão Geral. Conteúdo e alcance do julgamento de procedência. Opinião legal

Ives Gandra da Silva Martins, Fátima Fernandes Rodrigues de Souza, Roberta de Amorim Dutra.....	153
--	-----

PARECER SEI Nº 168/2019/CAT/PGACTP/PGFN-ME da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional/Ministério da Economia - Legalidade tributária e transação tributária. Medida Provisória. Art. 171 do Código Tributário Nacional
Adriano Chiari da Silva

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA ACÓRDÃOS NA ÍTEGRA

Superior Tribunal de Justiça

Direito Tributário – Exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL – Classificação como "subvenção para custeio" ou "subvenção para investimento" frente ao EREsp nº 1.517.492/PR. Recurso Especial nº 1.605.245/RS	195
---	-----

Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda

CARF – Direito Tributário -- IPI – Relação de Interdependência com comerciante atacadista exclusivo – Observância pelo sujeito passivo do valor tributável mínimo previsto no Regulamento do IPI – Artigo 136, inciso I, do RIPI/2002 e artigo 195, inciso I, do RIPI/2010. Processo nº 10872.720074-2015-45	207
--	-----

Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda

Direito Tributário – Ganho de capital – Cessão de participação societária a pessoa jurídica domiciliada no exterior – Redução do capital promovida depois do recebimento de oferta vinculante de compra das ações – IRRF sobre ganho de capital – Dedução do IRPJF devido no período. Processo nº 16561.720127/2015-18	237
--	-----

EMENTÁRIO	263
-----------------	-----

TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS	271
-----------------------------------	-----

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES.....	273
---------------------------------	-----